



No Pará, governo gasta R\$ 1,93 ao dia com a saúde de cada habitante

Levantamento inédito do CFM revela que valor coloca o Pará em último lugar no ranking dos estados e que fragilidades na assistência persistem

R\$ 1,93 ao dia: esse é valor per capita destinado pelos três níveis de gestão (federal, estadual e municipal) para cobrir as despesas com saúde dos quase 8,4 milhões de brasileiros que vivem no Pará. Esse é o resultado de uma análise detalhada das informações mais recentes disponíveis, relativas às contas públicas do segmento em 2017. Segundo o cálculo inédito feito pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), a partir de dados oficiais, naquele ano, o gasto por habitante com saúde no Estado foi de R\$ 703,67, o que coloca essa unidade da federação em último lugar no ranking nacional.

Em todo o País, o gasto médio per capita com saúde no ano passado foi de R\$ 1.271,65. Entre os 26 Estados, no entanto, esse valor varia de R\$ 703,67, no Pará, a R\$ 1.771,13, em Roraima. As informações levantadas pelo CFM consideraram as despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) declaradas no Sistema de Informações sobre os Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), do Ministério da Saúde. Pela lei, cada ente federativo deve investir percentuais mínimos dos recursos arrecadados com impostos e transferências constitucionais e legais na área.

Essas despesas são voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, a princípios da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) e da Lei Complementar 141/2012. No caso dos Estados e do Distrito Federal, esse percentual deve ser de pelo menos 12% do total de suas receitas. No caso dos municípios, o valor de base corresponde a 15%. Para a União, a regra prevê aplicação mínima, pelos próximos 20 anos, de 15% da receita corrente líquida, mais a correção da inflação.

Na base do ranking dos gastos totais per capita em saúde, além do Pará, surgem: Maranhão, com despesa total por ano de R\$ 750,45; Bahia (R\$ 777,80); Alagoas (R\$ 863,18); Ceará (R\$ 888,71); e Amazonas (R\$ 907,82). Também realizaram uma média inferior a R\$ 1.000,00 ao ano por habitante: Pernambuco (R\$ 908,68), Goiás (R\$ 910,60), Paraíba (R\$ 912,11), Sergipe (R\$ 936,96) e Rio Grande do Norte (R\$ 948,99).

Na outra ponta, tiveram valores per capita acima da média nacional apenas quatro estados: Roraima (R\$ 1.771,13), Mato Grosso do Sul (R\$ 1.496,13) e Tocantins (R\$ 1.489,18) e Acre (R\$ 1.306,91). Estados com alta densidade populacional e índices elevados de desenvolvimento econômico apresentaram índices menores. São os casos de Mato Grosso (R\$ 1.243,84), São Paulo (R\$ 1.235,15), Rio Grande do Sul (R\$ 1.207,13), Rio de Janeiro (R\$ 1.194,19), Paraná (R\$ 1.129,36) e Minas Gerais (R\$ 1.011,21). *Confira o ranking completo dos Estados na **Tabela I**.*

Capital – Entre as capitais, Belém ocupa a 23ª posição no ranking do gasto per capita em saúde. Considerando apenas a despesa com recursos próprios da cidade, o valor anual é de R\$ 247,48 por pessoa. No ranking, o destaque positivo recai sobre Campo Grande (MS), com um valor correspondente a R\$ 686,56 per capita ano. Na sequência, aparecem São Paulo (SP), com R\$ 656,91; Teresina (PI), que dispensa R\$ 590,71; Vitória (ES), com R\$ 547; e Rio de Janeiro (RJ), com R\$ 533,92.

Ao lado da capital do Pará, entre os piores desempenhos também figuram Macapá (AP), com R\$ 156,67; Rio Branco (R\$ 214,36); Salvador (BA), com R\$ 243,40; e Maceió (AL), com R\$ 294,46. Considerando-se 26 capitais, à exceção de Brasília, que possui uma especificidade administrativa que não permite esse cálculo, a média nacional ficou em R\$ 398,38 per capita aplicados pelas Prefeituras em ações e serviços de saúde. *Confira o ranking completo das Capitais na Tabela II.*

Governo Federal – O cálculo do volume de recursos enviados pela União aos Estados e municípios para ajudar no custeio e no investimento em ações e serviços de saúde foi feito com base em critérios baseados nas necessidades da população; nas dimensões epidemiológicas, demográficas, socioeconômicas e espacial; e na capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde. Além disso, o rateio deve ter como objetivo a “progressiva redução das disparidades regionais”, conforme estabelece a Constituição Federal.

Ao avaliar os dados disponíveis no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), administrado pelo Ministério de mesmo nome, o CFM conseguiu identificar o total dos repasses por Estado, no período (2008 a 2017). Depois, dividiu esses números pela população residente em cada unidade da federação, conforme estimativa do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE), o que permitiu identificar o valor médio per capita dos repasses por Estado.

Em 2017, as transferências federais ficaram, em média, em R\$ 552,35. Por região, o pior desempenho foi no Norte (R\$ 287,43), seguido do Sudeste (R\$ 324,72), do Nordeste (R\$ 334,24), do Sul (R\$ 378,83) e do Centro-Oeste, com R\$ 754,46, cujo resultado sofreu o impacto da distorção causada pela concentração de recursos do Ministério da Saúde no Distrito Federal.

Estados – O segundo item da operação que permitiu ao CFM saber exatamente o gasto per capita por Estado se baseia na análise dos valores destinados especificamente a Ações e Serviços Públicos de Saúde descritos nos orçamentos de cada Governo Estadual. Esses números integram relatórios que bimestralmente são encaminhados à União por meio do Siops.

De acordo com o declarado, os governos dos 26 estados e do Distrito Federal dispensaram, em média, R\$ 315,93 na saúde de cada habitante, a partir de seus recursos próprios (sem contar com os repasses da União e os gastos de municípios). Onze estados se colocaram abaixo desse patamar. Os piores desempenhos foram percebidos na Bahia (R\$ 226,56), Maranhão (R\$ 231,48) e Pará (R\$ 258,02). Na outra ponta, se destacaram Roraima, com per capita em saúde de R\$ 976,77 ao ano, seguido pelo Distrito Federal (R\$ 898,78) e Acre (R\$ 736,24).

Municípios – Para fechar a conta da despesa per capita por unidade da Federação, também se buscou saber qual o comprometimento orçamentário dos municípios com essa responsabilidade legal. Nesse caso, foram analisadas as informações oficiais das

Prefeituras enviadas ao Ministério da Saúde, também por meio do Siops. A alimentação desse sistema é uma das condições para que Estados e municípios possam continuar recebendo transferências constitucionais e voluntárias da União, como, por exemplo, os Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Dessa contabilidade dos recursos municipais, foram excluídos pelo Siops Fernando de Noronha (PE) e Brasília (DF), também por configurações administrativas específicas. Assim, somou-se o declarado por todos os municípios de um Estado e se dividiu o resultado pela população total. O resultado mostra que os 5.568 municípios que têm essa obrigação legal e administrativa responderam, em 2017, por uma despesa per capita em saúde que ficou, em média, em R\$ 403,37.

Por unidade, os melhores desempenhos médios foram percebidos entre os municípios de São Paulo (R\$ 601,98), Mato Grosso do Sul (R\$ 567,74), Mato Grosso (R\$ 502,22), Santa Catarina (R\$ 471,91) e Paraná (R\$ 470,93). Já nas últimas posições ficaram as médias das cidades do Amapá (R\$ 141,55), Acre (R\$ 170,76), Pará (R\$ 206,55), Maranhão (R\$ 225,09) e Alagoas (R\$ 241,38). Considerando a média nacional, além dos municípios desses Estados, os de outras 12 unidades da Federação também ficam abaixo do parâmetro nacional.

Confira a íntegra do estudo do Conselho Federal de Medicina em
<http://portal.cfm.org.br/>

Assessoria de Imprensa do Conselho Federal de Medicina (CFM)
(61) 3445-5940 / 5958 / 5998
imprensa@portalmedico.org.br

Tabela I

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, Brasil (2017)					
Estado	Gasto federal	Gasto estadual	Gasto municipal	Per capita Ano / Posição	
Roraima	527,45	976,77	266,91	1.771,13	1º
Mato Grosso do Sul	374,72	553,67	567,74	1.496,13	2º
Tocantins	476,64	717,86	294,68	1.489,18	3º
Acre	399,91	736,24	170,76	1.306,91	4º
Mato Grosso	347,60	394,02	502,22	1.243,84	5º
São Paulo	267,41	365,76	601,98	1.235,15	6º
Rio Grande do Sul	449,11	333,64	424,38	1.207,13	7º
Rio de Janeiro	479,87	275,88	438,45	1.194,19	8º
Santa Catarina	334,32	334,44	471,91	1.140,66	9º
Paraná	336,09	322,34	470,93	1.129,36	10º
Espírito Santo	323,30	438,82	314,11	1.076,23	11º
Amapá	344,24	574,31	141,55	1.060,11	12º
Rondônia	295,51	437,00	317,61	1.050,11	13º
Piauí	458,94	278,15	306,19	1.043,28	14º
Minas Gerais	324,54	270,30	416,37	1.011,21	15º
Rio Grande do Norte	335,10	282,25	331,63	948,99	16º
Sergipe	349,94	331,32	255,70	936,96	17º
Paraíba	351,65	288,08	272,38	912,11	18º
Goiás	289,10	286,47	335,04	910,60	19º
Pernambuco	343,66	320,37	244,66	908,68	20º
Amazonas	246,18	408,01	253,62	907,82	21º
Ceará	345,01	265,07	278,63	888,71	22º
Alagoas	362,45	259,35	241,38	863,18	23º
Bahia	301,05	226,56	250,20	777,80	24º
Maranhão	293,88	231,48	225,09	750,45	25º
Pará	239,10	258,02	206,55	703,67	26º
Distrito Federal	2.579,02	898,78	-	3.477,79	-
Nacional	187,64	-	-	187,64	-
Gasto per Capita Brasil	R\$ 552,35	R\$ 315,93	R\$ 403,37	R\$ 1.271,65	

Fonte: SIOP/SIOPS/MS. Elaboração: CFM

Notas: 1) O localizador "Nacional", em parte reflete despesas com pagamento de pessoal, além de itens que o Ministério da Saúde executa de forma centralizada em benefício de todos os entes – como a compra de alguns medicamentos, vacinas e insumos. Por outro lado, ele também corresponde a transferências diversas aos demais entes, em complemento às dotações programadas nas respectivas rubricas estaduais. 2) A partir de 2015, o volume principal de pagamento de pessoal ativo está no localizador do Distrito Federal (até 2014, estava no Nacional), causando impacto na proporção do DF em

Tabela II

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, Brasil (2017)

Estado	Capital	Per capita Ano / Posição	
MS	Campo Grande	686,56	1º
SP	São Paulo	656,91	2º
PI	Teresina	590,71	3º
ES	Vitória	547,00	4º
RJ	Rio de Janeiro	533,92	5º
MT	Cuiabá	527,22	6º
MG	Belo Horizonte	496,44	7º
RS	Porto Alegre	470,36	8º
PR	Curitiba	468,27	9º
MA	São Luís	431,19	10º
SC	Florianópolis	389,02	11º
RN	Natal	362,99	12º
RO	Porto Velho	359,43	13º
GO	Goiânia	353,53	14º
CE	Fortaleza	350,25	15º
SE	Aracaju	347,44	16º
PE	Recife	340,97	17º
RR	Boa Vista	333,98	18º
PB	João Pessoa	326,99	19º
TO	Palmas	320,12	20º
AM	Manaus	308,31	21º
AL	Maceió	294,46	22º
PA	Belém	247,48	23º
BA	Salvador	243,40	24º
AC	Rio Branco	214,36	25º
AP	Macapá	156,67	26º
Média das Capitais		R\$	398,38

Fonte: SIOPS/MS. Despesas com recursos próprios da prefeitura. Elaboração: CFM